

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.668 - SP (2018/0341582-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : FABIO RIVELLI E OUTRO(S) - SP297608
AGRAVANTE : GRACIANO R AFFONSO S A VEICULOS
ADVOGADO : GEORGIA CRISTINA AFFONSO - SP107271
AGRAVADO : LAC COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS
LABORATORIAIS LTDA
ADVOGADO : RENATA SIQUEIRA RUZENE - SP253734

DECISÃO

Trata-se de agravo (fls. 436-449) de decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 357-376) fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por GENERAL MOTORS DO BRASIL contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 327):

"BEM MÓVEL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Incidência do CDC - Compra e venda de automóvel zero quilometro - Perícia conclusiva sobre o defeito alegado - Vício de qualidade não sanado no prazo legal - Prejuízos materiais - Caracterização - Reparação devida - Ação parcialmente procedente - Recursos desprovidos, com observação."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 352-354.

Nas razões do recurso especial, GENERAL MOTORS DO BRASIL alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 186, 884, 886, 927 e 944 do Código Civil, bem como ao art. 18 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento, entre outros, que (...) *"a prova pericial constatou que o veículo apresenta bom estado no geral e com uma ação efetiva o problema poderá ser resolvido, não se justificando a condenação da Recorrente na substituição do automóvel."* (...). (conforme fl. 369)

É o relatório. Decido.

O recurso em apreço não merece prosperar.

Cumpra observar que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado publicado já na vigência do CPC de 2015, aplicando-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Inicialmente, no caso em apreço, a ora recorrente não apresentou

argumentação jurídica apta a demonstrar como o art. 944 do CC foi violado ou interpretado de forma equivocada pelo eg. TJ-SP. Nesse cenário, a mera alegação genérica de violação da lei federal atrai o óbice da Súmula n. 284/STF, pois configura deficiência na fundamentação recursal. Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. REEXAME DE PROVA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ.

(...)

2. Nos casos em que a arguição de ofensa a dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se ao recurso especial, por analogia, o entendimento da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 613.606/PR, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 17/05/2017 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (...). SÚMULA 284 DO STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO RECURSO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. MATÉRIAS QUE DEMANDAM REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se pode conhecer da apontada violação do art. 535, II, do antigo CPC/1973, pois as alegações que a fundamentaram são genéricas, sem discriminação específica dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros sobre os quais teria incorrido o acórdão impugnado. Incide, no caso, por analogia, a Súmula 284/STF.

(...)

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AgInt no AREsp 932.983/SC, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 24/02/2017 - grifou-se)

Prosseguindo nas razões do apelo especial, tem-se que, ao apontar violação aos arts. 186, 884, 886 e 927 do CC, bem como ao art. 18 do CDC, a recorrente sustenta que a substituição do veículo por um novo ensejaria enriquecimento ilícito da recorrida, tendo em vista que, conforme a prova pericial produzida, o automóvel defeituoso encontra-se em bom estado e é de fácil reparação. O TJ-SP, por sua vez, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou que não há que se cogitar

enriquecimento ilícito e em vício de fácil reparação, notadamente pelo laudo pericial, que foi categórico ao concluir que o defeito tornou inviável o uso do veículo devido à condição insegura no uso pleno de seus recursos. Confira-se excerto do v. acórdão recorrido que negou provimento à apelação (fls. 329-330):

"Realizada prova pericial, segundo laudo de fls. 220/229, constatou-se que:

'4 - Queira o senhor Perito informar se o veículo em questão está apto para circular em rodovias, cujo limite de velocidade é maior do que 80 km/h. Caso não esteja apto a circular em rodovias, justifique por quais razões e informe quais poderiam ser os danos causados ao veículo e aos passageiros na hipótese de o veículo estar em circulação em rodovias. R.: Considerando que o corpo técnico presente, representante das requeridas; conclui que o defeito é intermitente, o uso do veículo se torna inviável devido à condição insegura no uso pleno de seus recursos' e, ainda: '5 (...) Pela perícia indireta (análise dos documentos) queira o senhor Perito informar o histórico de problemas relatados e se é aceitável, a ocorrência de tantos problemas com tão pouco tempo de uso do veículo. R.: O problema apareceu após 30 dias de uso, segundo as Ordens de Serviço e outros documentos a requerida Graciano procurou, dentro dos procedimentos autorizados pela requerida General Motors, solucionar o problema, mas suas ações foram infrutíferas. O veículo com pouco uso e sendo um problema de difícil identificação (chicote em curto no primeiro momento) este fato é considerado inaceitável para qualquer veículo' fls. 225.

Assim sendo, diante da incontroversa ocorrência de vício de qualidade no veículo Zero/Km adquirido pela apelada não sanado no prazo legal e deixando as rés de provar a inexistência do vício ou culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (artigos 12, §3º, e 14, §3º, ambos do CDC), inquestionável se torna a responsabilidade pelo defeito do produto, ficando obrigadas a reparar os danos sofridos pelo consumidor, conforme o disposto no art. 18, §1º, I, do mesmo diploma legal.

Neste contexto, correta a determinação de substituição do veículo da apelada, conforme o disposto no §4º do citado artigo. Irrelevante, ademais, para o deslinde da causa, o fato de o automóvel ter sido utilizado pela apelada no curso da demanda, bem como a natural depreciação do bem, visto que o vício constatado é intermitente cuja ausência de reparo no momento oportuno comprometeu sua plena utilização, aliás, como já decidido por esta c. Câmara 1 :

[...]

Por sua vez, em sede de embargos de declaração, que integraram o aresto da referida apelação, o eg. TJ-SP acrescentou (fls. 354):

"De modo que, não há que se cogitar em enriquecimento ilícito e em vício de fácil reparação (art. 18, §3º, do CDC), notadamente pelo laudo pericial que foi categórico em concluir que 'Queira o senhor Perito informar se o veículo em questão está apto para circular em rodovias, cujo limite de velocidade é maior do que 80 km/h. Caso não esteja apto a circular em rodovias, justifique por quais razões e informe quais poderiam ser os danos causados ao veículo e aos passageiros na hipótese de o veículo estar em circulação em rodovias. R.: Considerando que o corpo técnico presente, representante das requeridas; conclui que o defeito é intermitente, o uso do veículo se torna inviável devido à condição insegura no uso pleno de seus recursos.'" (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que a Corte de origem concluiu pela inexistência de enriquecimento ilícito em razão da substituição do veículo defeituoso. Dessa forma, para rever tal entendimento, sob alegada ofensa aos dispositivos mencionados, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, conforme dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

Nessa linha de intelecção, confira-se o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ.

[...]

3. A reforma do acórdão recorrido, com relação à inoccorrência de enriquecimento ilícito demanda, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 do STJ. Precedentes: AgInt no AREsp 1119839/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017; e AgInt no AREsp 808.263/MS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017.

[...]

5. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 918.572/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 26/03/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMÓVEL. DAÇÃO EM PAGAMENTO. ART. 26, § 8º, DA LEI N. 9.514/1997. DIFERENÇA ENTRE O VALOR DO DÉBITO E O VALOR DE MERCADO DO IMÓVEL. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. A adoção de entendimento diverso por esta Corte quanto ao alegado enriquecimento sem causa, como propugnado, demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1095235/DF, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017 - grifou-se)

Por fim, tem-se que o entendimento atual desta Corte é no sentido de que a incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional.

A propósito, vide o seguinte precedente:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DANOS MATERIAIS. RESPONSABILIDADE. ALTERAÇÃO. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

3. É impossível conhecer da alegada divergência interpretativa, pois a incidência da Súmula 7 do STJ na questão controversa apresentada é, por consequência, óbice também para a análise do apontado dissídio, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1237811/MG, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018 - grifou-se)

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com arrimo no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RI-STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido de 15% para 16% sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

